

LETRAMENTO DIGITAL COMO REQUISITO PARA A INCLUSÃO DIGITAL E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Viviane Raposo Pimenta¹; Leonardo Moreira Pereira²

Grupo 5.1. Democratização, universalização e interiorização da formação do conhecimento

RESUMO:

No âmbito da LDB o exercício do direito a educação garantido constitucionalmente se dá, principalmente, como processo de formação abrangente, inclusive o de formação para a cidadania. É neste contexto que se apresentam as questões relacionadas à inclusão digital e aos multiletramentos, requisitos sem os quais não há como promover a Educação. Com o advento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação - NTIC -, aqueles que são de alguma forma excluídos socialmente, acabaram se tornando também excluídos digitalmente, não possuem capacidade de responder às demandas sociais que envolvem a utilização dos recursos tecnológicos e da escrita no meio digital porque não possuem habilidades para construir sentido a partir de textos multimodais e multissemióticos que mesclam palavras, elementos pictóricos, sonoros, numa mesma superfície. Diante de uma temática permeada por oposições internas optou-se pela abordagem do objeto pelo método dialético, por entender ser o mais adequado ao enfrentamento de uma temática de pontos e contrapontos.

Palavras-chave: Novas Tecnologias da Informação e Comunicação; Direito à Educação; Exercício da Cidadania

ABSTRACT:

DIGITAL LITERACY AS A REQUIREMENT FOR DIGITAL INCLUSION AND CITIZEN EXERCISE

Under the LDB the exercise of constitutionally guaranteed right of education takes place mainly as a process of fully formation, including for the exercise of citizenship. It is in this context that we have discussed digital inclusion and multiliteracies as requirements to promote Education. With the advent of new Information and Communication Technologies - ICTs - those who are socially excluded, also turned out to be digitally excluded, i.e they are unable to respond to social demands involving the use technological resources and writing in the digital environment because they lack skills to construct meaning from multimodal and multisemiotic texts that mix words, pictorial elements, sound, on the same surface. Faced with a theme permeated by internal opposition it was decided to approach the object by the dialectical method once we understand that this is the best suited to addressing an issue that has points and counterpoints.

Keywords: New Information and Communication Technology; Right to Education; Citizenship Exercise

¹ Graduação em Direito e Letras, mestrado em Linguística, professora no Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Língua Portuguesa na UNICAMP.

² Graduação e mestrado em Direito, professor e diretor pedagógico do IOB.

1. Introdução

O presente estudo parte de inquietações fomentadas pelos estudos de abordagens mais recentes sobre o(s) letramento(s), sobre a necessidade de suplantar a já desgastada pedagogia da transmissão de conhecimento a caminho da construção de uma aprendizagem mais significativa, e sobre o direito à educação, dimensão fundante da cidadania, garantido constitucionalmente em nossa Carta Magna de 1988 no seu art. 6º, como um dos pressupostos para a garantia da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III).

Embora a nossa sociedade esteja cada vez mais grafocêntrica, apenas o domínio da “velha” tecnologia da escrita já não basta mais e, com o advento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC), aqueles que são pobres, desempregados, integrantes de minorias ou de alguma forma excluídos socialmente, acabaram se tornando também excluídos digitalmente, ou seja, não possuem capacidade de responder adequadamente às demandas sociais que envolvem a utilização dos recursos tecnológicos e da escrita no meio digital porque não possuem habilidades para construir sentido a partir de textos multimodais que são textos que mesclam palavras, elementos pictóricos, sonoros, numa mesma superfície.

Pode-se dizer que, efeito da globalização, o mundo mudou muito nas últimas décadas. Em termos de exigências de novos letramentos, é importante destacar as mudanças relativas aos meios de comunicação e à circulação da informação, assim como o surgimento e a ampliação contínua de acesso às tecnologias digitais da comunicação e informação (computadores pessoais, celulares, tocadores de mp3, entre outras). Assim, cabe, na contemporaneidade, uma revisão no ensino dos letramentos (Rojo, 2009).

As novas exigências que o mundo apresenta para a área da educação acabam por multiplicar as práticas letradas que devem ser abordadas nos cursos de formação continuada e de formação em serviço oferecidos na modalidade a Distância. Torna-se necessário, então, ampliar e democratizar as práticas e eventos de letramentos que têm lugar na escola assim como o universo de textos que nela circulam.

Nessa perspectiva, parece pertinente que a escola – e por que não as Universidades, uma vez que são elas que suprem os futuros profissionais com todo aparato técnico-teórico para atuarem na sociedade – a fim de enfrentar os desafios conferidos na criação de um ambiente de ensino e aprendizagem mais sintonizado com a modalidade comunicacional emergente, busque aprender com o paradigma comunicacional da mídia digital e, ao professor, inspirado nessa tecnologia, segundo Buzato (2007), cabem ações que reformulem o atual modelo pedagógico no qual, ainda que haja uma abordagem aos textos divulgados nos novos media digitais, esta abordagem não possibilita uma visão de linguagem que forneça artifícios para os alunos aprenderem a fazer escolhas éticas entre os discursos em que circulam.

Diante dos eixos temáticos que se pretende abordar, o presente artigo apresenta-se dividido em três partes, a primeira visa a discutir questões relacionadas à educação formal e as NTIC, na segunda parte, apresentam-se algumas considerações relacionadas ao direito à educação assim como algumas políticas públicas voltadas para a inclusão digital, para ao final apresentarem-se algumas exigências da sociedade frente às novas TIC como forma de concretização desse direito na sociedade brasileira contemporânea. Seguem-se algumas considerações finais.

2. As práticas escolares e novas tecnologias da informação e comunicação

2.1. Entendendo os letramentos

Por várias ordens de razão – mudanças sócio-históricas, interesse na qualificação dos trabalhadores, mudanças na dinâmica política e nas classes dominantes – a ciência foi um dos bens culturais – assim como as artes e os ofícios – que entraram na disputa social como bens cobiçados a partir do final da Idade Média. A própria ideia de di-vulgação, isto é, a ação de dar ao vulgo (à plebe, aos pobres, aos trabalhadores, aos que falam a língua vulgar – o povo) os bens do conhecimento, nasce desse movimento de acesso sucessivo das massas aos bens culturais valorizados, patronizada pelos intelectuais da Revolução Francesa – os iluministas que devem levar as luzes (da ciência) ao século XVIII. Os textos e discursos de divulgação científica e didáticos surgem justamente dessa vontade política: dar ao vulgo os bens culturais da ciência e do conhecimento.

Os livros da Enciclopédia por ciência ou temas científicos disciplinares, mas pela aleatória ordem alfabética. Mas, ao escolherem esta ordem, criam o problema de como relacionar os conhecimentos entre si.

Com isso, acabam inventando a “linkagem” ou remissão dentro dos verbetes que compõem a Enciclopédia. De certa forma, a Enciclopédia é o primeiro hipertexto. Toda remissão (por exemplo, as notas de rodapé, boxes e os hiperlinks) supõe a participação do leitor (Rojo, 2009). Mais ela é feita com o objetivo de facilitar a exploração do edifício textual. As remissões são, em última análise, protocolos de leitura, “itinerários” de viagem que cabe ao autor/editor sugerir e colocar à disposição do leitor. Mas é o leitor que vai ou não atualizar essas possibilidades.

Cabe, então, lembrar, conforme Buzato 2007, que os textos modernos e pós-modernos são também multissemióticos e hipertextuais, mas de uma maneira diversa da dos verbetes. Em primeiro lugar, apresentam recursos e linguagens visuais e verbais. Os recursos visuais são a forma de diagramação na página – texto cheio ou texto em colunas –; a presença de boxes, legendas e destaques e de ilustrações de diferentes tipos (paratextos). Os recursos verbais são o texto e suas subdivisões – título, introdução (olho), texto propriamente dito, subtítulos, textos dos boxes e das legendas. Boxes, legendas, destaques trazem uma informação paratextual complementar ao texto verbal. Pode ser uma definição que o autor não quer encaixar no corpo do texto, porque não cabe no desenvolvimento do tema, ou uma curiosidade sobre o tema, sugestões para leitura complementar, dados sobre o autor do artigo etc. Os boxes, legendas e destaques são também importantes como elementos hipertextuais de linkagem ou remissão.

Essas características hiper e paratextuais importam para o modo como se lê o texto, ou seja, para as práticas de letramento que sobre ele se exercem em eventos específicos. Também as características multissemióticas desses textos impactam as práticas/eventos de letramento e de leitura.

2.2. As práticas de letramentos frente às novas tecnologias da informação e comunicação

Em termos de exigências de novos letramentos no mundo globalizado, é especialmente importante destacar as mudanças relativas aos meios de comunicação e à circulação da informação (New London Group *apud* Rojo, 2009). O surgimento e a ampliação contínua de acesso às tecnologias digitais da comunicação implicaram pelo menos três mudanças que ganham importância na reflexão sobre os letramentos socialmente requeridos:

a) a intensificação vertiginosa e a diversificação da circulação da informação nos meios de comunicação analógicos e digitais, que, por isso mesmo, distanciam-se hoje dos meios impressos, muito mais morosos e seletivos, implicando, segundo alguns autores (CHARTIER, 1997; BEAUDOUIN, 2002), mudanças significativas nas maneiras de ler, de produzir e de fazer circular textos nas sociedades;

b) a diminuição das distâncias espaciais – tanto em termos geográficos, por efeito dos transportes rápidos, como em termos culturais e informacionais, por efeito da mídia digital, desenraizando as populações e desconstruindo identidades, e a diminuição das distâncias temporais ou a contração do tempo, determinadas pela velocidade sem precedentes, pela quase instantaneidade dos transportes, da informação, dos produtos culturais das mídias, características que também colaboram para mudanças nas práticas de letramentos;

c) a multisssemiose que as possibilidades multimidiáticas e hipermediáticas do texto eletrônico trazem para o ato de leitura: já não basta mais a leitura do texto verbal escrito – é preciso colocá-lo em relação com um conjunto de signos de outras modalidades de linguagem (imagem estática, em movimento, sons, diagramas) que o cercam, ou intercalam ou impregnam; esses textos multisssemióticos extrapolaram os limites dos ambientes digitais e invadiram também os impressos (jornais, revistas, livros didáticos).

Por outro lado, a escola – em especial a pública – também mudou bastante nos últimos 50 anos no Brasil, mas não na mesma direção. Buscou-se – e atingiu-se, na década de 90 – a universalização do acesso à educação pública no Ensino Fundamental, e hoje se busca a mesma ampliação e universalização de acesso no Ensino Médio. Claro está, acesso não quer dizer permanência e nem qualidade de ensino. Ainda assim, conforme Rojo (2009), a ampliação de acesso tem impactos visíveis nos letramentos escolares: o ingresso de alunado e de professorado das classes populares nas escolas públicas trouxe para os intramuros escolares letramentos locais ou vernaculares antes desconhecidos e ainda hoje ignorados. Isso cria uma situação de conflito entre práticas letradas valorizadas e não valorizadas, que beira a situação diglósica, como apontam os trabalhos de Heath (1983) e Kleiman (1995, 1998), por exemplo.

Hamilton (2002, p. 8) aponta para o fato de que muitos dos letramentos, que são influentes e valorizados na vida cotidiana das pessoas e que têm ampla circulação, são também ignorados e desvalorizados pelas instituições educacionais: “não contam como letramento ‘verdadeiro’”. Da mesma maneira, as redes sociais e informais que sustentam essas práticas letradas permanecem desconhecidas e apagadas nas escolas.

Essas mudanças fazem ver a escola de hoje como um universo de letramentos múltiplos e muito diferenciados, cotidianos e institucionais, valorizados e não valorizados, locais e globais, vernaculares e autônomos, sempre em contato e em conflito, sendo alguns ignorados e apagados e outros constantemente enfatizados.

Assim, um dos objetivos da escola é possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam dos (letramentos), de maneira ética, crítica e democrática. Para fazê-lo, segundo Rojo (2009), é preciso que a educação leve em conta hoje:

a) os multiletramentos ou letramentos múltiplos, de maneira ética e democrática, deixando de ignorar ou apagar os letramentos das culturas locais de seus agentes (professores, alunos, comunidade escolar) e colocando-os em contato com os letramentos valorizados e institucionais; como diria Souza Santos (2005), assumindo seu papel cosmopolita;

b) os letramentos multissemióticos exigidos pelos textos contemporâneos, ampliando a noção de letramento para o campo da imagem, da música, das outras semioses e sistemas de signos que não somente a escrita alfabética, como já prenunciava, por exemplo, a noção de “numeramento”; o conhecimento de outros meios semióticos está ficando cada vez mais necessário no uso da linguagem, tendo em vista os avanços tecnológicos: as cores, as imagens, os sons, o design etc., que estão disponíveis na tela do computador e em muitos materiais impressos, que têm exigido outros letramentos, por exemplo, o letramento visual e que “têm transformado o letramento tradicional (da letra) em um tipo de letramento insuficiente para dar conta daqueles necessários para agir na vida contemporânea.”

c) os letramentos críticos e protagonistas requeridos para o trato ético dos discursos em uma sociedade saturada de textos e que não pode lidar com eles de maneira instantânea, amorfa e alienada; como afirmam Moita-Lopes & Rojo (2004, p. 37-38), é preciso levar em conta tanto as práticas e eventos de letramento que têm lugar na escola como o universo de textos multimodais e multissemióticos que nela circulam.

3. O Direito à Educação e o exercício da cidadania

Tanto quanto um direito, a educação é definida, em nosso ordenamento jurídico, como um dever: direito do cidadão, dever do Estado.

Na atualidade, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação escolar básica. Afinal, a educação é uma dimensão fundante da cidadania e tal princípio é indispensável para a participação de todos nos espaços sociais e políticos e para a inserção qualificada no mundo profissional do trabalho.

Se a nossa Constituição coloca como princípio do ensino a garantia de um “padrão de qualidade” (art. 206, VII), por contraste, assinala no art. 208 § 2º que “o não oferecimento do ensino obrigatório ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”.

Não são poucos os documentos de caráter internacional, assinados por países da Organização das Nações Unidas, que reconhecem e garantem este acesso a seus cidadãos. Tal é o caso do art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

São inegáveis os esforços levados adiante pela UNESCO no sentido da universalização do ensino fundamental para todos e para todos os países. Tanto é assim que, nas suas Disposições Transitórias, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei 9.394/96)

incorpora, no art. 87 § 1º, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Jomtien. O direito à educação parte do reconhecimento de que o saber sistemático é mais do que uma importante herança cultural. Como parte da herança cultural, o cidadão torna-se capaz de se apossar de padrões cognitivos e formativos pelos quais tem maiores possibilidades de participar dos destinos de sua sociedade e colaborar na sua transformação.

Ter o domínio de conhecimentos sistemáticos é também um patamar *sine qua non* a fim de poder alargar o campo e o horizonte destes e de novos conhecimentos. O pressuposto deste direito ao conhecimento é **a igualdade**. É desta conquista histórica que o dispositivo constitucional dos art. 5º, I e art. 210 se nutrem para correlacionar conteúdos mínimos e formação básica comum. Um tal bem não poderia ter uma distribuição desigual entre os iguais.

Um dos pressupostos das diretrizes que devem nortear os conteúdos curriculares é o da igualdade de condições, assegurada e protegida pelo poder público (cf. art. 206, inciso I). Essa igualdade pretende que todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso aos bens trazidos pelo conhecimento, de tal maneira que possam participar em termos de escolha ou mesmo de concorrência no que uma sociedade considera como significativo e onde tais membros possam ser bem sucedidos e reconhecidos como iguais. Mesmo que a igualdade de resultados não possa ser assegurada «a priori», seria odioso e discriminatório conferir ao conhecimento uma destinação social prévia.

Junto com a igualdade, o capítulo constitucional sobre a educação agrega **a pluralidade**. Ora ela é “o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, ora a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.” (cf. art. 206, III), a valorização do regional (cf. art. 210). O disposto no § 1º do art. 210 da Lei Maior, por sua generalidade e por seu caráter excepcional, deve ser entendido no conjunto das regras constitucionais e das liberdades públicas que regem o Estado Democrático de Direito.

3.1. Políticas Públicas voltadas para a inclusão digital

Uma vez que cabe ao Estado promover o acesso dos cidadãos à informação e que esta potencializa a construção de práticas cidadãs, como certificado na Constituição Federal de 1988, art. 5º, inciso XXXIII, as administrações públicas se utilizam de um conjunto de políticas públicas e procuraram implementar algumas ações em âmbito nacional, conforme elencadas abaixo.

1) Projeto Casa Brasil, este projeto foi idealizado com a finalidade de implantar junto às comunidades carentes um espaço destinado à convergência das ações do Governo Federal nas áreas de inclusão digital, social e cultural, geração de trabalho e renda, ampliação da cidadania, popularização da ciência e da arte. O projeto propõe o uso intensivo das TIC visando a capacitar os segmentos excluídos da população, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza.

2) O Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) foi idealizado para promover a universalização do acesso a rede mundial de computadores a todas as regiões do país, privilegiando as áreas que não possuem telefonia fixa e de difícil acesso. GESAC prevê da implementação dos Pontos de Presença (PPs) – espaços públicos providos de equipamentos tecnológicos e conectividade (via satélite – antena GESAC), para o uso

em atividades de inclusão digital, em entidades de ensino, saúde, segurança e outras de serviço público.

3) O Maré – Telecentros da Pesca foi criado no sentido de inserir o segmento pesqueiro artesanal brasileiro na sociedade da informação, visando promover o desenvolvimento econômico/social, por meio do usufruto das TICs em iniciativas educativas. Configura-se como um espaço para a difusão de informações e conhecimentos, com a finalidade de estimular a inovação, a competitividade, e a inserção das MP e EPP no mercado globalizado. Os Telecentros contam com um modelo padrão, que consiste em unidades físicas com computadores conectados à rede mundial de computadores, com acesso a sites com conteúdos específicos para negócios e com educadores capacitados para inserir o micro e pequeno empreendedor na era digital.

4) O Projeto Cidadão Conectado: computador para todos Com com propósito de promover a inclusão digital das classes sociais menos favorecidas da população brasileira (renda entre três e dez salários mínimos).

5) Kits Telecentros, os Telecentros Comunitários assumem papel fundamental para inserção dos indivíduos marginalizados na sociedade da informação. Esse espaço público, sem fins lucrativos, é equipado de computadores com conectividade à web e recursos humanos capacitados para alfabetização digital/informacional.

6) O Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) foi concebido com o intuito de introduzir as NTIC no ambiente do ensino público fundamental e médio brasileiro, para dar apoio ao processo pedagógico de ensino-aprendizagem. Atuando como unidades de ensino profissionalizante, tem por ideal proporcionar a educação continuada, incentivar, articular e promover o desenvolvimento de empreendedorismo por meio da capacitação e/ou atualização tecnológica gerencial, através da ampliação de pontos de acesso ao conhecimento em ciência e tecnologia.

7) Pontos de Cultura – Cultura Digital Com o intuito de resgatar, preservar, fomentar e divulgar manifestações culturais das diversas regiões do país, a Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004 instituiu o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania.

8) Programa Computador portátil para professores é destinado a professores da educação básica, profissionalizante e superior do ensino público e privado brasileiro, credenciados no MEC, o program prevê o fomento da inclusão digital desse segmento através da aquisição facilitada de notebooks via financiamentos e empréstimos.

9) O programa Quiosque do Cidadão tem uma metodologia simples, porém eficaz, já que atende a baixo custo comunidades carentes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Desenvolvido com a premissa básica de que somente a disponibilização de computadores e de acesso à internet não são suficientes para promover a inclusão digital, o projeto conta com um sistema computacional de interface simples, apresentando facilidades que auxiliam o usuário na sua utilização. Trabalhando com conteúdos informativos pertinentes a esse público, como prevenção ao uso de drogas, educação sexual, orientação profissional, educação ambiental.

10) O programa Territórios Digitais foi concebido como uma iniciativa do Programa Territórios da Cidadania, o projeto consiste em Casas Digitais de acesso público, equipadas com computadores com acesso à internet, em assentamentos, escolas agrícolas e sindicatos. Voltado para comunidades agrícolas, indígenas e quilombolas, o programa tem por objetivo

o desenvolvimento sustentável e a garantia dos direitos sociais dessas localidades, através de diferentes programas sociais ofertados pelo Governo Federal.

11) O projeto Estação Digital criado em 2004, através de um trabalho conjunto entre Fundação do Banco do Brasil (FBB), organizações sem fins lucrativos e entidades públicas, o programa tem por premissa básica promover a infoinclusão, através de um espaço, que além de oferecer o acesso às TICs, propicia o ferramental educativo para o seu uso.

12) Telecentros Banco do Brasil Voltado para o desenvolvimento de telecentros em comunidades de baixa renda e localidades de difícil acesso, o programa de inclusão digital do Banco do Brasil teve início com o processo de modernização de seu parque tecnológico. Através da doação de microcomputadores e de treinamento de monitores.

13) O programa Um computador por aluno (UCA) consiste na distribuição de um computador portátil para alunos e professores da educação básica, visando à inclusão digital e à inovação das metodologias de ensino.

14) Centros de Inclusão Digital compõe-se como uma das ações em inclusão digital que tem por objetivo promover o acesso às TICs e ao acervo de informações e de conhecimentos, contribuindo para inclusão social dos cidadãos brasileiros.

15) Espaço SERPRO Cidadão Implantado em 2002, foi concebido como um local de acesso comunitário, composto por equipamentos tecnológicos, conectividade à internet e apoiado pela orientação de monitores. Com o objetivo de promover a interação entre indivíduos excluídos digitalmente – com prioridade a estudantes do ensino público, e a tecnologia da informação e comunicação, o projeto atende a comunidades situadas nas dez regionais da SERPRO.

16) O Observatório Nacional da Inclusão Digital ONID foi desenvolvido centrado no intuito de mapear as ações em inclusão digital em todo país, por meio de cadastro de telecentros e disseminação de informações, documentos, experiências de sucesso, manuais, diretrizes da área de infoinclusão, organizados em uma base de dados de referência.

Observa-se que a Inclusão Digital como possibilidade de Inclusão Social vai além do acesso ao aparato tecnológico, é preciso que haja um esforço maior ainda no sentido de capacitar o professor da rede pública federal, estadual e municipal com o capital cultural das NTIC para que este possa levar ao alunado as habilidades e competências requeridas por esta nova sociedade que se nos apresenta a sociedade da informação.

4. Exigências da sociedade frente às NTIC

Em pouco mais de uma década, a *Internet* impôs novas formas de interatividade entre as pessoas e tornou-se ferramenta imprescindível à aquisição e troca de conhecimento. Os computadores portáteis trouxeram a informática para as residências. A velha combinação escola e computador ganhou uma nova extensão, e a televisão sofre hoje a concorrência direta dos PCs. Além disso, a navegação nos *sites* e o uso dos recursos multimídia revolucionaram as velhas práticas de ensino baseadas no giz e no papel.

Contudo, a educação tecnológica deve ser complementada com outras iniciativas. Para Warschauer (2006) a utilização da informática aplicada à educação requer a adoção de uma série de medidas adjacentes para evitar desvios de finalidade. Assim, a orientação

pedagógica das atividades dos alunos é uma das formas de assegurar o bom uso da tecnologia e, embora não seja garantia, é uma maneira eficaz de inclusão social e de diminuir as barreiras impostas pela economia. Em suma, entende-se que promover o letramento digital nas escolas deve ser o primeiro passo para se atingir uma educação de excelência e um fator determinante para a diminuição das diferenças sociais. No entanto, não basta investir em equipamento e infraestrutura, é necessário promover a busca pelo conhecimento sobre as técnicas e ferramentas que permitirão ao aluno o letramento digital. O uso de computadores, habilidade imprescindível para a formação dos alunos, deve ser entendido como forma de letramento voltado para o protagonismo e o exercício da cidadania.

A popularização do letramento digital entre os alunos do Ensino Fundamental trará, a médio e longo prazo, impactos não apenas no nível da qualidade do ensino, mas também na economia, no setor, produtivo, e na prestação de serviços públicos, acelerando o processo de inserção social. A interatividade com as novas mídias mergulha o estudante numa atmosfera contínua de criação e numa cultura de inovação, tornando-o protagonista do seu próprio destino. Segundo dados da UNESCO, muitas são as vantagens da utilização das TIC, dentre elas destacamos as seguintes:

- a) a imersão tecnológica da escola propicia o desenvolvimento de uma “cultura digital”, na qual os alunos têm suas possibilidades de aprendizagem ampliadas pela interação com a multiplicidade de linguagens ao mesmo tempo em que se potencializa a inclusão digital de toda a comunidade escolar;
- b) o viés da equidade social e o da competitividade econômica convergem ao serem estimuladas novas habilidades e competências que a era digital exige. Assim, espera-se que novas formas de comunicação sejam disseminadas, que a educação abranja outros tipos de letramentos além do alfabético e oriente-se para o desenvolvimento da capacidade de aprender;
- c) a mobilidade e a conectividade permitem ampliar os tempos e espaços de aprendizagem de professores e alunos, fundamentais para desenvolver a autonomia que possibilita a educação por toda a vida;
- d) a utilização da *Internet* permite a constituição de múltiplas comunidades de aprendizagem, que, interligadas em rede, favorecem a interculturalidade, o trabalho cooperativo e colaborativo e a autoria e co-autoria entre estudantes e professores na construção do conhecimento, resultantes da quebra de hierarquia e linearidade nas relações. O objetivo é contrapor-se ao modelo tradicional de educação, ampliando a relevância e a contextualização do processo educacional.

É importante entender que a escola, inserida na sociedade moderna urbana, recebe um aluno já letrado, mesmo que não seja de acordo com os preceitos tradicionais de letramento. Esse aluno se encontra em contato com um espaço sócio-cultural reconfigurado e imerso nas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTCs), o que proporciona maior flexibilidade na construção do conhecimento. Com o advento da Internet na sociedade não há como deixar de participar, em alguma medida, da sociedade da comunicação, mediada pelas tecnologias e pela influência da globalização. Uma nova sociedade influencia também um novo aluno, conseqüentemente portador de novas linguagens e concepções de comunicação diferenciadas, por exemplo, os textos imagéticos,

que constituem novos gêneros e maneiras diferenciadas de letramentos, alterando convenções e forçando novas práticas pedagógicas.

A escola, ao abrir a sala de aula para as NTIC, oportuniza aos alunos sua inserção na sociedade contemporânea e cumpre o papel social da escola em relação ao ensino e aprendizagem. Apropriar-se das linguagens midiáticas e suas variações na composição de discursos modernos implica um trabalho pedagógico que valoriza as multisseioses e a autoria do aluno, carregada de intencionalidade na formação de um sujeito protagonista, autônomo, antenado com o mundo contemporâneo e suas transformações.

Assim, o mero acesso aos novos mídias digitais não é suficiente para que o aluno seja incluído digitalmente e se torne um cidadão preparado para atuar de forma crítica e protagonista na sociedade em que vive, é preciso que sejam desenvolvidas no âmbito escolar práticas de letramentos que atendam e respondam por essa demanda.

5. Considerações finais

As tecnologias digitais expandiram enormemente a possibilidade de acesso à informação e às formas de comunicação, motivo pelo qual migraram de “tecnologias de informática” para serem nomeadas de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Segundo Castells (1996), aqueles a quem é negado o direito de desenvolver as habilidades e competências exigidas pelas novas TIC tornam-se cada vez menos capazes de se inserir e de participar de economias e sociedades. O advento das tecnologias digitais intensificou as divisões já existentes nas sociedades ao invés de reduzi-las. Desse modo, os menos favorecidos economicamente, desempregados, com menor grau de escolaridade, ou de alguma forma excluídos socialmente, acabaram se tornando também excluídos do meio digital. As redes digitais de informação são formas inerentes e novas de rede social. Castells (1996) afirma que o mundo entrou na era da informação, em que o conteúdo digital cria novas bases para uma organização social em rede. Em tese, essa nova organização oferece instrumentos para o desenvolvimento e para a melhoria das condições de sobrevivência.

A partir do pensamento de Castells, Wellman (2001) chega-se à conclusão de que as redes digitais são instituições sociais, integradas à rotina contemporânea. E, em se concordando com tal proposição, é possível concluir que, quando um cidadão não tem acesso às TIC, não se trata apenas de uma exclusão tecnológica e sim de uma exclusão de uma instituição social. O resultado, em última instância, é mais uma forma de exclusão social.

Assim, além dos argumentos morais em defesa do letramento digital, considera-se que, segundo Macnamara (2000), as modernas economias não podem suportar a desvantagem comparativa de parcelas significativas da população com baixa escolaridade e excluídas digitalmente. A exclusão reduz a capacidade dos indivíduos não só de se beneficiarem do progresso dos países, mas também de contribuírem produtivamente para sua construção.

Entende-se então que seja por questões morais, seja pela visão utilitarista, a adoção de políticas públicas de inclusão digital para o desenvolvimento dos letramentos multisseios e multimodais, exigências da sociedade da alta modernidade, se faz necessária se queremos construir uma sociedade mais livre e igualitária.

6. Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – Lei N. 9.394/96

_____. *Lei do Plano Nacional de Educação* – Lei N. 10.172/01

BUZATO, Marcelo El Khouri. Entre a Fronteira e a Periferia: Linguagem e Letramento na Inclusão Digital. 2007.284f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – IEL, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CASTELLS, M. The rise of the network society. The information Age. In: *Economy, Society and Culture*. V.1. Oxford, UK: Blackwell's, 1996.

DIDEROT, D.; D'ALAMBERT, J. R. Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, v. 8, n. 3, p. 581-612, set./dez. 2008

HAMILTON, M.; IVANIC, R. Worlds of literacy. Clevedon: *Multilingual Matters*, 1994.

_____; HAMILTON, M. *Local literacies: reading and writing in one community*. London: Routledge, 1998.

HEATH, S. B. *Ways with words: language, life and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

INCLUSÃO digital. Disponível em:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Inclus%C3%A3o_digital . Acesso em: 17 jul. 2007.

KLEIMAN, A. B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-64.

_____. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In:

LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 2005.

MACNAMARA, K. Why be wired? The importance of access to information and communication technologies. In: *TechKnowLogia*. Março/abril, 2000, p. 9-11.

MOITA-LOPES, L. P.; ROJO, R. H. R. Linguagens, códigos e suas tecnologias. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações Curriculares de Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC/SEB/DPEM, 2004. p. 14-56.

ROJO, R. H. R. (Org.). *Alfabetização e letramento: perspectivas linguísticas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

UNESCO. Adapting technology for school improvement: a global perspective. *International Institute for Educational Planning*. Paris, 2004. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001361/136149e.pdf>.



WARSCHAUER, M. Going one-to-one. *Learning in the digital age*. V. 63, n. 4. Dezembro 2005/janeiro 2006.

_____ et all. *Promoting Academic Literacy with Technology: successful laptop programs in k-12 Schools*. 2004, disponível em: www.sciencedirect.com